

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

Ao:

Ilmo. Sr. Pregoeiro do TRIBUNAL REGIONALELEITORAL DA BAHIA – TRE-BA.

Ref. Pregão Eletrônico nº 10/2023.

Processo Administrativo nº

CONTRA – RAZÕES:

CETRO RM SERVIÇOS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ registrado sob nº 08.307.120/0001-48, com sede à rua Doutor Altino Teixeira, nº 1145, 1º Andar, Porto Seco Pirajá, Salvador-Bahia, CEP. 41.233.010, neste ato representada pela Sra. Cristiane C. Marques, já qualificada nos autos do procedimento licitatório lançado à epígrafe, vem, por meio de seu representante legal ao final subscrito, APRESENTAR, com espeque no art. 26, do Decreto nº 5450/05, IMPUGNAÇÃO aos termos do Recurso Administrativo aviado pela recorrente, que se baseia nas exposições fáticas e jurídicas a seguir desenvolvidas:

1. - DOS FATOS :

Promove o Tribunal Regional Federal da Bahia, por meio de seu Pregoeiro e equipe de apoio, licitação na modalidade pregão eletrônico, tipo menor preço, com a finalidade de contratar empresa especializada através de licitação de nº 10/2023 oriundo do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA) para prestação de serviços terceirizados, com cessão de mão de obra residente, compreendendo copa e cozinha, mensageiro, auxiliar técnico e operacional e recepção, para atendimento aos clientes internos e externos do TRE-BA, sob regime de empreitada por preço global, de acordo com as quantidades e especificações técnicas descritas no Edital.

2. – MELHOR PROPOSTA DE PREÇOS DO CERTAME:

Antes de mais nada, impende salientar que, em se tratando de licitação de menor preço, houve por bem a recorrida cotar, efetivamente, o menor preço possível que a permita executar o contrato licitado com eficiência, segurança e exequibilidade, de modo a apresentar a proposta mais vantajosa.

A Nobre pregoeira e equipe de apoio, utilizou em todos os seus atos, os princípios estabelecidos no art. 3º da Lei 8.666, quais sejam: legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação. Cabe ressaltar que o interesse em fornecer produtos ou prestar serviços para a Administração Pública é legítimo e benéfico para a competitividade do certame, desde que se utilize de condutas que respeitem o ordenamento normativo referente ao tema. Sendo mero inconformismo, acusações infundadas e levianas, eivadas de palavras raivosas e agressivas de uma empresa que deveria demonstrar capacidades além das descritas no rol de qualificação técnica, ou seja caráter ilibado, moral empresarial e equilíbrio emocional ao não sagrar-se vencedor de uma disputa, como o tem sido o desespero de desferir golpes acusatórios da EPSG, recorrente, sem respaldo legal, essas falácias não contribui para o interesse público.

É salutar destacar que o Sr. Pregoeiro, juntamente com a equipe de apoio, conduziu com extrema lisura o presente processo licitatório, a fim de atender ao interesse público, mesmo com o zelo pela coisa pública, elevando o formalismo, que seguiu-se a análise detalhada, seja nas extensas consultas ou na esmiuçada informação técnica que analisou acima de tudo o respeito a uma DECISÃO JUDICIAL, emitida pelo Juiz Universal da Vara empresarial (recuperação judicial) e reforçada em seguida de uma outra liminar, exarada pela, 12ª Vara Federal Cível da SJBA, reforçando a acertada decisão do pregoeiro que atingiu a finalidade do certame, contratar a melhor proposta, procedendo com vistas à eficácia da máquina pública, respeitando o instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

10. Quanto ao pedido de desclassificação da empresa Recorrida, em razão da apresentação de melhor proposta, enfatizada pelas recorrentes, Vera Cruz e EPSG, que os valores a serem contratados são inexequíveis e não suportam os custos da execução do contrato, esclarecemos:

"3.1. Desse modo, analisando a planilha apresentada verificou-se que a mesma abarca todos os custos exigidos e os percentuais exigidos, estão totalmente corretos para que a Administração saiba quanto vai pagar pelos serviços prestados. Nesse diapasão, o Tribunal de Contas da União entende que os valores lançados na Planilha de Custos são meramente referenciais, não estando vinculados aos custos efetivamente suportados pela contratada: Acórdão nº 4.621, da 2ª Câmara

"Não é demais lembrar que a Administração não pagará diretamente pelos encargos trabalhistas indicados na planilha, pois são eles de responsabilidade da contratada. Não interessa para a contratante, por exemplo, se em determinado mês a contratada está tendo gastos adicionais porque muitos empregados estão em gozo de férias ou não. A contratante interessa que haja a prestação de serviços de acordo com o pactuado. Ou seja, a planilha de formação de custos de mão de obra constitui um útil ferramental para a análise do preço global ofertado, mas não constitui em indicativos de serviços unitários a serem pagos de acordo com a sua execução, como quando ocorre com os serviços indicados no projeto básico de uma obra pública, os quais são pagos de acordo com o fornecimento de cada item unitário. Aliás, nem poderia ser diferente, pois a contratação prevê um pagamento fixo mensal e os valores dos encargos trabalhistas indicados estão sujeitos a variações que escapam ao controle das partes contratantes (v. g., aviso prévio indenizado, auxílio doença, faltas legais, licença maternidade/paternidade, faltas legais, aumento alíquota, etc.). Desta forma, os valores correspondentes aos encargos são meras estimativas apresentadas pela licitante, de forma que eventuais divergências entre o apresentado e o efetivamente ocorrido devem ser considerados como inerentes aos riscos do negócio, impactando positivamente ou negativamente sobre o lucro da contratada."

3 – DA FINALIDADE DA PROPOSTA.

Diante do apego irrestrito à questão "preço", mister escrever algumas linhas acerca da definição referente à efetiva seleção da proposta mais vantajosa ao interesse público. A respeito vale colacionar as pertinentes palavras de JESSÉ TORRES PEREIRA JUNIOR, verbis:

"Selecionar a proposta mais vantajosa é a um só tempo, o fim de interesse público que se quer alcançar em toda licitação (sentido amplo) e o resultado que se busca em cada licitação (sentido estrito). Licitação que não instigue a competição, para dela surgir a proposta mais vantajosa, descumpra sua finalidade legal e constitucional, impondo-se à autoridade competente invalidá-la por vício de ilegalidade, a par de apurar responsabilidades administrativa e penal por desvio de poder." (PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres. Comentários à Lei de Licitações e

Contratações da Administração Pública. 6ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Renovar. P. 53).

O estudo do princípio da finalidade se concentra em dois relevantes aspectos:

- a) O primeiro expressa um sentido amplo, que corresponde à consecução de um resultado de interesse público;
- b) O segundo expressa um sentido restrito, que diz respeito ao resultado específico que deve ser perseguido e produzido por cada norma legal.

Nesse contexto, a licitação, em sentido restrito, tem uma dupla finalidade legal: garantir a disputa em igualdade de condições a todos os licitantes (princípio da isonomia) e selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração.

Turma. AC 97.05.28031-2/RN. Rel. Desembargador Federal Ubaldo Ataíde Cavalcante. DJ de 15/01/2001, p. 141 – grifou-se)

Também deve-se ter por base que a proposta apresentada foi a de menor valor, Assim entende o TCU: Acórdão 2302/2012-Plenário: "Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências." Acórdão 8482/2013-1ª Câmara: "O disposto no caput do art. 41 da Lei 8.666/1993, que proíbe a Administração de descumprir as normas e o edital, deve ser aplicado mediante a consideração dos princípios basilares que norteiam o procedimento licitatório, dentre eles o da seleção da proposta mais vantajosa." Sem nenhuma dúvida a paira sobre a acertada decisão do pregoeiro, em aceitar a proposta da CETRO RM, sendo um pouco mais demorado a fase de habilitação, quando ocorreu a minuciosa e detalhada análise documental, concluindo assim pela habilitação totalmente da cetro, e pelo acatamento assertivo das decisões judiciais que compõe esse conjunto de documentação apresentada, não havendo o discorrer a mais, nem mesmo o que se falar em falha da proposta ou falta de documentação para compor a habilitação, bem como querer induzir esse pregoeiro e equipe em descumprir uma ordem ou decisão judicial, desejando a EPSG, que o TRE-BA, venha incorrer em erro ou totalmente descumprimento de decisão judicial, para um órgão que estar dentro do conjunto do judiciário brasileiro.

4. – DA ACUSAÇÃO DE BENEFICIO INDEVIDO DA LEI 12.546/2011.

A Recorrente EPSG, apresentou recurso protelatório, acusando a CETRO RM SERVIÇOS LTDA, declarada vencedora do certame em disputa, que a mesma se utilizou de benefício indevido, quando apresentou suas planilhas de custos, utilizando os parâmetros definidos na lei 12.546/2011, sendo readequado ao percentual de 4,5% da CPRB, a contar de Dezembro de 2015, fazendo jus, assim, ao tratamento jurídico diferenciado descrito pela lei 12.546/2011 de forma indevida, palavras das recorrente (epsg), com excesso de acusação contra a Recorrida, solicitando inclusive medidas descabidas e sem objetivo , não é uma postura de alguém que conhece as dificuldades e obstáculos em administrar contratos públicos, lutar para manter uma empresa com os altos encargos e impostos que sofremos, juro desmedidos, mas em VERDADE não me parece que as Recorrente são desconhecedoras dos obstáculos (grifo nosso).

4.1 - DA APLICAÇÃO DO INSTITUTO DA DESONERAÇÃO.

a. Existência de suposta ilegalidade na utilização, por parte da Empresa Recorrida, dos benefícios da desoneração tributária previstos na Lei 12.546/2011;

Grande parte das teses recursais, no entanto, já foram objeto de apreciação por Vossa Senhoria e pela equipe Técnica deste respeitado Órgão, tendo se operado a coisa JULGADA ADMINISTRATIVA.

Em outro turno, nos particulares dos percentuais de desoneração fiscal utilizados na planilha de formação de preço da Recorrida e dos seus documentos acostados ao PE10/2023, frisa-se que eles atendem aos requisitos de aceitação habilitação, dispostos no Edital em comentário.

Assim, os atos processuais praticados pela Recorrida, por Vossa Senhoria, bem como pela Equipe de Apoio, estiveram em estrita observância aos Princípios da LEGALIDADE, VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO e demais mandamentos elencados no art. 3º da Lei Federal 8.666/93.

Por esses motivos, as teses recursais apresentadas pelas Recorrentes são demasiadamente falaciosas, frágeis e contraditórias, além de carecerem de elementos hábeis ao atendimento do pleito.

4.2.- OS BENEFÍCIOS DA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO INSTITUÍDOS PELA LEI 12.546/2011 E A POSSIBILIDADE DE SUA UTILIZAÇÃO PE 10/2023.

Inicialmente, é importante esclarecer que as Recorrentes fundamentam suas razões recursais em falsas premissas, a saber:

1 – Relatam que pelo fato do objeto da licitação não se enquadrar como atividade que enquadra-se na desoneração, a Empresa Recorrida não poderia utilizar-se da alíquota de 4,5%, correspondente à contribuição sobre a sua receita bruta operacional, que em algumas situações, as vezes chegam a estar nos mesmos parâmetros de custos que a alíquotas diferenciadas, sendo o fator principal o faturamento anual, não sendo esse benefício, desobrigação de recolhimento de tributos, ou total exclusão de obrigações de pagamento de contribuição previdenciária, mas, uma forma diferenciada de recolhimento. .

Primeiramente, é oportuno esclarecer que a Lei 12.546/2011 instituiu as CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS SUBSTITUÍDAS, nova contribuição sobre a receita bruta operacional, afastando as contribuições previdenciárias patronais previstas nos incisos I e III do artigo 22 da Lei 8.212/1991.

Neste sentido, através da Lei 12.546/2011 foi instituída a CPRB - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DA FOLHA DE SALÁRIOS PARA A RECEITA BRUTA ajustada, abrangendo, inicialmente, as empresas de Tecnologia da Informação – TI, Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, Call Center e aquelas integrantes dos segmentos de vestuário e calçadista.

In casu, a Empresa Recorrida, ao valer-se do benefício da desoneração tributária no presente certame, não violou o Princípio da Isonomia.

Isto porque, Sr. Pregoeiro, mesmo em licitações cujo objeto compreenda atividade econômica distinta da atividade principal da Empresa Recorrida, há viabilidade jurídica para aplicação da desoneração tributária prevista na Lei 12.546/11.

A legislação atual, esclarece que a desoneração ocorre em função das atividades preponderantes ou secundárias da empresa e não sobre o objeto do contrato.

Enfatiza-se que o Contrato Social e Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica da Recorrida previram que a mesma possui atividade principal enquadrada no art. 14 da Lei 11.774/08, mencionado no art. 7º, inciso I, da Lei 12.546/11, bem como o Art. 8º, que estabelece o rol de atividades.

Com vista a elucidar essa questão, cumpre-nos destacar o art. 7º e 7º-A da referida lei, que tratam sobre o tema:

Art. 7º Poderão contribuir sobre o valor da receita bruta, excluídos as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991:

I - as empresas que prestam os serviços referidos nos §§ 4º e 5º do art. 14 da Lei nº 11.774, de 17 de setembro de 2008;

II - as empresas do setor hoteleiro enquadradas na subclasse 5510-8/01 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0;

III - as empresas de transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal, intermunicipal em região metropolitana, intermunicipal, interestadual e internacional enquadradas nas classes 4921-3 e 4922-1 da CNAE 2.0.

IV - as empresas do setor de construção civil, enquadradas nos grupos 412, 432, 433 e 439 da CNAE 2.0;

V - as empresas de transporte ferroviário de passageiros, enquadradas nas subclasses 4912-4/01 e 4912-4/02 da CNAE 2.0;

VI - as empresas de transporte metro ferroviário de passageiros, enquadradas na subclasse 4912-4/03 da CNAE 2.0;

VII - (VETADO);

VII - as empresas de construção de obras de infraestrutura, enquadradas nos grupos 421, 422, 429 e 431 da CNAE 2.0.

IX - (VETADO);

XI - (VETADO).

XII - (VETADO);

XIII - (VETADO);

Art. 7º-A. A alíquota da contribuição sobre a receita bruta prevista no art. 7º será de 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento), exceto para as empresas de call center referidas no inciso I, que contribuirão à alíquota de 3% (três por cento), e para as empresas identificadas nos incisos III, V e VI, todos do caput do art. 7º, que contribuirão à alíquota de 2% (dois por cento).

Veja o enquadramento da empresa à hipótese tributária acima depende da análise de seu CNAE, bem como das atividades efetivamente prestadas, contratos em execução.

O objeto social da Recorrida contempla amplo elenco de atividades que incluem desde a INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA (CNAE-43.21.5-00), atividade econômica eleita como principal, até Locação de mão-de-obra temporária (CNAE 78.20-5-00) e CNAE - 43.22301 Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás, atividades secundárias.

Ademais, nos citados documentos, dentre as atividades secundárias da Recorrida estão previstos a "locação de mão-de-obra temporária" e "locação de equipamentos e mão-de-obra", condição que viabiliza sua participação no pregão referenciado.

Nesse diapasão, se faz necessário elucidar que, embora o objeto do certame seja a prestação de serviços de limpeza, apoio administrativo, de copa e apoio de serviços gerais, pode a Recorrida aplicar na sua planilha de formação de preço as CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS SUBSTITUÍDAS.

Menciona-se, para fins de esclarecimentos, excerto do Acórdão 480/2015-Plenário, TC 002.657/2015-5, proferido pelo Tribunal de Contas da União, em que a matéria foi analisada, in verbis:

"Representação formulada por sociedade empresária apontara possíveis irregularidades em pregão eletrônico promovido pelo Laboratório Nacional Agropecuário em São Paulo (Lanagro/SP), destinado à contratação de serviços continuados de apoio administrativo. Dentre outros aspectos, a representante alegara que a vencedora do grupo 3 enquadrou-se como beneficiária do regime de desoneração da folha de pagamentos na condição de empresa do ramo de TI (Tecnologia da Informação), em atenção ao art. 14 da Lei 11.774/08 (mencionado no art. 7º, inciso I, da Lei 12.546/11), que estabelece o rol taxativo dos serviços de TI e de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação), "e, portanto, não poderia se utilizar desse regime em licitação cujo objeto é incompatível com os serviços listados pela lei, por caracterizar vantagem indevida em desconhecimento com o princípio da isonomia". Ao rebater as alegações da representante, a unidade técnica observou que, conforme verificado no site da Receita Federal, a licitante "possui outras atividades classificadas como secundárias, dentre as quais a seleção e agenciamento de mão de obra, condição que viabiliza sua participação no pregão referenciado". Em juízo de mérito, o relator endossou as considerações da unidade técnica, registrando que a empresa "encontra-se apta a prestar os serviços objeto do certame uma vez cadastrada no CNAE (Código e Descrição das Atividades) secundário 78.10-8-00 (Seleção e agenciamento de mão-de-obra)". Explicou o relator que "não há impeditivo legal (...) a que determinada pessoa jurídica, enquadrada no regimento desta lei de desoneração tributária, exerça outras atividades econômicas. Nesses casos, a Lei 12.546/2011 (...) regulou uma forma diferenciada de cálculo da CPRB [Contribuição Previdenciária da Receita Bruta], incidente apenas sobre a receita proveniente da atividade principal da empresa". Por fim, concluiu o relator, ainda que a empresa esteja vinculada ao regime de tributação previsto no art. 7º, inciso I, da Lei 12.546/11, "não haveria prejuízo a sua participação no certame pelo fato de exercer atividade secundária compatível com o objeto licitado". O Tribunal, pelos motivos expostos pelo relator, julgou a Representação improcedente. Acórdão 480/2015-Plenário, TC 002.657/2015-5, relator Ministro Augusto Nardes, 11.3.201.

Sobram argumentos e decisões fundamentadas juridicamente, que demonstram o acerto desse pregoeiro, em habilitar e declarar vencedora do certame, a CETRO RM SERVIÇOS LTDA.

5- DA FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS – E DA HABILITAÇÃO-

Diante das alegações e questionamentos perpetrados pelas Recorrentes, EPSG e a Vera Cruz Serviços Ltda, que se insurgem contra Ordens e decisões judiciais, exaradas pelo Juiz Universal da Recuperação Judicial, bem como decisão através de Mandado de Segurança e devidamente expedido pela 12ª Vara Federal da Bahia, como se segue:

Neste contexto, expomos a vossa senhoria, decisão inicial que deferiu o requerimento de enquadramento na recuperação judicial.

Processo: RECUPERAÇÃO JUDICIAL (129) n. 8060177-04.2022.8.05.0001 Órgão Julgador: 1ª VARA EMPRESARIAL DE SALVADOR AUTOR: CETRO RM SERVICOS LTDA REU: CETRO RM SERVICOS LTDA DECISÃO CETRO RM SERVICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado interno, sociedade empresária inscrita no CNPJ sob o nr

08.307.120/0001-48, com sede na Rua Doutor Altino Teixeira, 1145, (Pto S Pirajá), 1º andar, Porto Seco Pirajá, SALVADOR - BA - CEP: 41233-010, tendo como sócios *INSTITUTO TEMPLO PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ 34.549.299/0001-50 e CRISTIANE CONCEIÇÃO MARQUES, CPF 799.217.525-53., , requereram RECUPERAÇÃO JUDICIAL, aforando o pleito em 10.05.2022*, o fazendo mediante a inaugural encartada no ID 197441703, onde historia(m) todo o quadro econômico e financeiro da empresa postulante, , indicando, de seu turno, as razões que estão a leva-la(s) a se socorrer(em) dos benefícios da Lei Federal 11.101/2005. A análise da inicial, em especial do acervo documental que a instrui, comprova, a primeira vista, que a(s) postulante(s) preenche(m) os requisitos legais para o requerimento da recuperação judicial almejada, na forma preconizada pelo art. 48 da Lei 11.101/2005, encontrando-se a inaugural regularmente instruída, em atendimento aos termos exigidos pelo art. 51 do mesmo diploma, estando em termos para ter o seu processamento deferido, diante do aparente atendimento aos requisitos edificadas nos arts. 47, 48 e 51, com indicativo de possibilidade de superação da crise econômico-financeira histórica da(s) devedora(s). Nesse contexto, imperioso destacar que, nessa fase inicial, compete ao juiz analisar a presença dos requisitos elencados e permitir o processamento, sem prejuízo de reconsideração do deferimento, acaso se verifique adiante a impropriedade de dados ou documentos, após análise mais aprofundada, a qual competirá ao Administrador designado, sem prejuízo da adoção de medidas punitivas. , sendo certo que inicialmente, foi determinada a realização de laudo de constatação prévia acerca dos requisitos ditados em lei, assim como regular funcionamento da empresa Requerente, e, para tanto, foi nomeada a pessoa jurídica ADVOCACIA ORLANDO KALIL FILHO, CNPJ 04.908.085/0001-61, que tem como representante legal o Dr. Marcus Kalil, com sede na Av. Tancredo Neves, 620, salas 2201/2203, Salvador-Ba, que, aceitando o munus, apresentou o Laudo que se ve no ID 200331323., que conclui pela presença dos requisitos de procedibilidade.

Não cabe as concorrentes, julgarem ou opinarem da decisão judicial em vigor, mas tão somente acatarem e caso queira se manifestar, devem se dirigir a autoridade que emitiu a respectiva decisão, em vez de atacar de forma leviana e marginalizada , quanto aos objetivos práticos da licitação que consagrou a CETRO RM SERVIÇOS LTDA, como vencedora do certame, bem como tentarem induzir o pregoeiro e equipe ao erro.

Quanto a dispensa de toda e qualquer certidão exigida para habilitação, desde o DEFERIMENTO até a presente data, para toda e qualquer licitação que participar a CETRO RM SERVIÇOS LTDA, encontra-se em situação especial, instituto esse totalmente legal em nosso país, que tem sido cada vez mais, tornado comum essa utilização, bem como nesses dois últimos anos que passaram o processo de pandemia no país, as consequências dos obstáculos de quem enfrentou uma pandemia mundial, ainda consiste nos aspectos econômicos afetados por esse evento mundial.

DECISÃO : Trata-se de MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL ajuizado por CETRO RM SERVICOS LTDA em face de ato acoimado de coator atribuído ao Pregoeiro do TRE da Bahia, objetivando "a) A concessão de liminar, inaudita altera pars, para: a. Afastar temporariamente o ato de inabilitação do procedimento licitatório do Edital nº 10/2023 proveniente do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia e, consequentemente, autorizar a continuidade de participação da Impetrante no certame; b. Subsidiariamente, caso não seja concedido o item "a" acima em prazo hábil, pugna-se pela suspensão temporária do procedimento licitatório decorrente do Edital nº 10/2023 até a sentença de mérito a ser proferida por Vossa Excelência". DECIDO. De início, defiro o ingresso da União, caso requerido. Com relação à liminar vindicada, o mandato de segurança é garantia fundamental prevista no art. 5º, inciso LXIX, da Constituição Federal, para proteger direito líquido e certo, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público. Para deferimento de liminar, nos termos do art. 7º da Lei nº 12.016/2009, faz-se necessária a presença concomitante do risco de ineficácia do provimento principal e da plausibilidade do direito alegado (*periculum in mora* e *fumus boni iuris*, respectivamente). No juízo de cognição sumária, próprio das medidas liminares, vislumbra-se a presença dos requisitos supracitados, impondo-se, por conseguinte, a concessão da liminar vindicada. Com efeito, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), vem sufragando o entendimento de que uma empresa em recuperação judicial pode participar de procedimento licitatório. Segundo o colegiado, a circunstância de a empresa se encontrar em recuperação judicial, por si só, não caracteriza impedimento para contratação com o Poder Público. Com efeito, conforme o artigo 31 da Lei 8.666/93, não é necessária a apresentação da certidão negativa de recuperação judicial para a participação de empresas em recuperação judicial em procedimento licitatório. De acordo com a jurisprudência do STJ, a exigência de apresentação de certidão negativa de recuperação judicial deve ser relativizada a fim de possibilitar à empresa em recuperação judicial participar do certame licitatório, desde que demonstre, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica. Nesse sentido, a relativização da exigência de apresentação de Num. 1564343852 - Pág. 1 Assinado eletronicamente por: AVIO MOZAR JOSE FERRAZ DE NOVAES - 10/04/2023 10:55:50 <http://pje1g.trf1.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23041010151690500001550210072> Número do documento: 23041010151690500001550210072 certidão negativa de recuperação judicial, consoante entendimento firmado no STJ, tem arrazoamento, ainda, na comprovação da prestação da garantia contratual pelo impetrante, exigência essa prevista tanto na Lei 8.666/1993 (artigo 56) como no edital licitatório. A impetrante colacionou aos autos as peças, que, no momento processual da recuperação judicial, poderiam ser encaminhados ou apresentados, nos IDs: a) 1561689361 - Documento Comprobatório (DOC. 05 Decisão de deferimento do processamento da Recuperação judicial; b) 1561689363 - Documento Comprobatório (DOC. 06 Plano de Recuperação Judicial CETRO RM); c) 1561689364 - Documento Comprobatório (DOC. 07 Decisão de prorrogação do stay period); d) 1561689365 - Documento Comprobatório (DOC. 08 Consulta no SICAF) Destarte, não cabe à Administração, em consonância com o princípio da legalidade, efetuar interpretação extensiva quando a lei não o dispuser de forma expressa, sobretudo, quando se trata de restrição de direitos. Destarte, pelas razões ora expostas, presentes os requisitos constantes do artigo 7º da Lei nº 12.016/2009, o deferimento da tutela de urgência reclamada é medida que se impõe. Com essas considerações, DEFIRO o PEDIDO LIMINAR para afastar temporariamente o ato de inabilitação do procedimento licitatório do Edital nº 10/2023 proveniente do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia e, consequentemente, autorizar a continuidade de participação da Impetrante no certame. Notifique-se com urgência a autoridade coatora para que cumpra a presente decisão, bem como para prestar informações, em conformidade com o quanto disposto no art. 7º, I, da Lei nº 12.016/09. Ciência à União, na pessoa do seu representante legal, para os efeitos do art. 7º, inciso II, da Lei nº 12.016/2009. Após, ao MPF para parecer, retornando os autos, em seguida, conclusos para sentença. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Salvador/BA, 10/04/2023. ÁVIO MOZAR JOSÉ FERRAZ DE NOVAES.

6- DO DESCUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL-

Em resumo, não conseguimos ainda entender, como as recorrentes, conseguem, talvez por má fé, mas quero entender que seja por desconhecimento, forçar por palavras abusivas com que a autoridade do pregão , invalide as DECISÕES anexadas a documentação de HABILITAÇÃO apresentadas, tentando de toda maneira induzir esse pregoeiro e equipe a descumprir uma ordem judicial e que fira o direito líquido e certo da recorrida, não há o que se falar em ausência de documentação necessária a sua habilitação, ou a falta de Certidões para garantir a sua habilitação no certame.

6.1. Improbidade Administrativa

O STJ já reconheceu que o descumprimento de decisão judicial configura ato de improbidade de administrativa. O entendimento foi expresso em acórdão decidido no AgInt no AREsp 1.397.770/MG (Agravado Interno no Agravado em Recurso Especial). O Tribunal decidiu que o não cumprimento de decisão proferida por juiz e destinada a prefeito do município configura ato de improbidade administrativa.

No caso concreto, foi ajuizada ação contra o município de Miradouro, situado em Minas Gerais, com o objetivo de compelir o ente público a fornecer leite especial para uma criança com condições especiais. Nesse sentido, o magistrado responsável pela sentença, em primeira instância, deferiu a medida liminar para obrigar o município a fornecer o alimento.

Contudo, o gestor público municipal permaneceu inerte e não realizou nenhuma medida no intuito de efetivar cumprimento da decisão judicial. Como consequência, o juízo determinou o bloqueio de bens públicos do município para garantir a efetividade da medida liminar.

Por sua vez, o Ministério Público ajuizou ação de improbidade administrativa em face do prefeito com o pedido de responsabilização pela prática de ato que configura ato atentatório contra a moralidade, configurando improbidade administrativa. O pedido foi tido como improcedente e chegou ao STJ.

O Tribunal entendeu que a conduta do gestor violou princípios da administração pública, o que configura a prática de ato de improbidade administrativa, conforme previsto no art. 11, caput, da Lei 8.429/92. Tal comportamento é suscetível a sanções cíveis, como a perda do cargo público, o ressarcimento ao erário, a suspensão dos direitos políticos e o pagamento de multa.

A Corte decidiu que o réu, ao ocupar o mais alto cargo da administração pública local, tinha o dever de conhecer a exigência básica segundo a qual não pode o administrador deixar de cumprir, sem justa causa reportada e comprovada nos respectivos autos, ordens emanadas de processos judiciais.

7- DO PEDIDO

Desse modo, requeremos que seja negado provimento aos recursos das recorrentes, bem como julgado improcedente o seu pleito, razão pela qual que se mantenha a decisão tomada por esse pregoeiro e equipe, com a consequente adjudicação do objeto à empresa considerada vencedora e imediata homologação do procedimento, nos termos do art. 11, inciso VII, do citado Decreto 5.450/2005, em combinação com o inciso XXI do art. 4º da Lei 10.520/2002.

Termos em que,
Pede deferimento.
Salvador, 18 de Maio 2023.
CETRO RM SERVIÇOS LTDA.
Cristiane C. Marques.

Fechar